REFLEXÕES SOBRE OS TERMOS DO TIKTOK DIANTE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS USUÁRIOS À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

REFLECTIONS ON TIKTOK TERMS IN FRONT OF USERS' PERSONAL RIGHTS IN LIGHT OF BRAZILIAN LEGISLATION

Ana Elisa Silva Fernandes Vieira¹

Dirceu Pereira Siqueira²

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar os termos da rede social TikTok. O problema que orienta a pesquisa pode ser assim sintetizado: quais potenciais riscos aos direitos da personalidade dos usuários é possível vislumbrar ao analisar os termos da rede social TikTok? O texto está dividido em duas seções que correspondem aos seus objetivos específicos. Na primeira seção expõe sobre a rede social e suas políticas. Na segunda seção, por meio de referencial teórico específico na área de proteção de dados e privacidade, faz uma análise crítica da rede social, considerando os direitos da personalidade dos usuários. Utiliza-se o método dedutivo e a técnica de investigação de revisão bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade. Lei Geral de Proteção de Dados. Rede social. Política de Privacidade.

Abstract: This research has the general objective of analyzing the terms of the social network TikTok. The problem that guides the research can be summarized as follows: what potential risks to users' personality rights can one glimpse when analyzing the terms of the social network TikTok? The text is divided into two sections that correspond to its specific objectives. The first section explains the social network and its policies. In the second section, using a specific theoretical framework in the area of data protection and privacy, a critical analysis of the social network is carried out, considering the personality rights of users. The deductive method and the research technique of bibliographic and documentary review are used.

¹ Doutoranda em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR. Bolsista no Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares PROSUP/CAPES (módulo Bolsa) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na UNICESUMAR. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq: "Políticas Públicas e Instrumentos Sociais de Efetivação dos Direitos da Personalidade". Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4095037334203667>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0016-8829>. E-mail: annaefernandes@gmail.com.

² Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito do Centro Universitário Cesumar (UniCesumar); Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru, Especialista Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário de Rio Preto, Pesquisador Bolsista - Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor - PPD - do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), Professor nos cursos de graduação em direito da Universidade de Araraquara (UNIARA) e do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE), Professor Convidado do Programa de Mestrado University Missouri State – EUA, Editor da Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Qualis B1), Consultor Jurídico, Parecerista, Advogado. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3134794995883683>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9073-7759>. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

Keywords: Personal Rights; General Data Protection Law; Social network; Privacy Policy.

Introdução

As redes e mídias sociais tornaram-se uma ferramenta indispensável na vida moderna, e transformaram a maneira como as pessoas se comunicam, interagem e consomem informações. Nesse contexto, este estudo tem por tema o estudo da rede social, TikTok, desenvolvido e administrado pela empresa chinesa *ByteDance*, que teve grande crescimento no Brasil durante os anos de 2020 a 2022, passando a quantidade de 70 milhões de usuários ativos (P. NETO; SANTOS; MOTA, 2022).

Esse crescimento contínuo da plataforma tem atraído a atenção da academia e de outros setores industriais e governamentais (KANTHAWALA; et al., 2020). Sendo assim, esta pesquisa se propõe a analisar os termos da rede social TikTok à luz da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira, O propósito deste estudo é de identificar se há previsões que violam os direitos da personalidade dos usuários, em particular, à privacidade e proteção de dados, considerando a legislação brasileira. Assim, o problema de pesquisa pode ser sintetizado no questionamento: quais potenciais riscos aos direitos da personalidade dos usuários é possível vislumbrar ao analisar os termos da rede social TikTok?

O texto está dividido em duas seções, que correspondem aos objetivos específicos do estudo. Na primeira seção, o TikTok é detalhado como uma plataforma de rede social, com detalhes sobre o histórico, o funcionamento e análise da política de privacidade, dos termos de serviço e das diretrizes da comunidade. Na segunda seção, por meio de referencial teórico específico na área de proteção de dados e privacidade, faz uma análise crítica da política, considerando os direitos da personalidade dos usuários. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo e da técnica de investigação de revisão bibliográfica nacional e estrangeira não sistematizada.

A pesquisa justifica-se em razão do grande número de usuários que entraram na rede social TikTok, sem sequer considerar quais os riscos aos seus direitos da personalidade, em particular, à privacidade e proteção dos dados pessoais. Este estudo busca elevar o tema ao debate na comunidade jurídica científica, pois trata-se de uma nova rede social que deve ser considerada criticamente a fim de identificar os

possíveis riscos e limites a serem discutidos e desenvolvidos para proteção da pessoa humana digna.

1 ANÁLISE DOS TERMOS DA PLATAFORMA DO TIKTOK

Várias definições emergentes de mídia social já foram apresentadas por teóricos da comunicação. Normalmente essas definições convergem em torno da noção de que as mídias sociais se referem à tecnologias digitais que enfatizam o conteúdo ou a interação gerada por um usuário. Exemplificando, os autores Boyd e Ellison (2008) são os responsáveis pela clássica definição de rede social como um sistema conectado que permite ao usuário construir um perfil público ou semipúblico e articular conexões com outros usuários. Segundo os autores, o que torna as redes sociais únicas não é o fato de permitir a criação de conexões online, mas a possibilidade de aos utilizadores articular e tornar visíveis as suas redes de conexão a outros usuários (BOYD; ELLISON, 2008). Normalmente são plataformas que começaram com um foco na conexão entre pessoas, e evoluíram para a produção de conteúdos próprios.

Em concepção diversa, Carr e Hayes (2015) conceituam as redes sociais como um subconjunto distinto de ferramentas de mídia que compartilham que tem em comum traços e características que ampliam as possibilidades dos indivíduos e grupos díspares de contribuírem para a criação do conteúdo que consomem, seja em tempo real ou de forma assíncrona, e assim, fornecem um valor intrínseco muito maior do que cada site individual recurso fornece

Entre 2016 e 2017 a empresa chinesa ByteDance lançou o aplicativo “*Dou Yin*” aos usuários chineses, e o “TikTok” para usuários fora da China. Trata-se de uma plataforma de entretenimento de divulgação de vídeos curtos e que nasceu inspirado em outras que já foram introduzidas no mercado como o Facebook, Instagram, Youtube e Snapchat (MENON, 2022).

Esta plataforma diferencia-se das demais existentes, pois coloca-se no mercado mais como uma plataforma de criatividade do que uma mídia social (BRESNICK, 2019). Segundo o presidente de soluções de negócios globais do próprio TikTok, Blake Chandler, em entrevista à CNBC, o TikTok se diferencia de outras por ser uma plataforma de entretenimento. Explicou que o Facebook, é uma plataforma social em que todos os algoritmos são construídos com base no gráfico

social, isto é, dados que rastreiam conexões entre indivíduos; mas que o TikTok operaria de forma diversa ao proporcionar os usuários criarem conteúdo de entretenimento (SHERMAN, 2022; VINCENT, 2022; XU, 2019).

O relatório Global Digital de 2022 publicado pela Data Reportal em parceria com a We Are Social e a Hootsuite, revelou que o número de usuários conectados continua a crescer mais do que antes da pandemia (KEMP, 2022a). Quando se trata das plataformas “favoritas” no mundo, os dados mais recentes da GWI revelam que o TikTok encontra-se em sexto lugar no ranking mundial. De acordo com a pesquisa Core da GWI, a base de usuários do TikTok está espalhada por faixas etárias (HORBERRY, 2022).

No Brasil, o TikTok chegou em 2018, e segundo dados de 2023 levantados pelo Opinion Box, em uma amostra de 1.500 usuários da rede, o TikTok é a quarta rede social mais utilizada e 12% afirmam que é a rede social que mais utilizam (OPINIONBOX, 2023). Ademais, segundo dados da Kantar Ibope Media, ele está entre as cinco plataformas de vídeo online mais acessadas no Brasil³.

De acordo com P. Neto, Santos e Mota (2022), o sucesso do TikTok explica-se primeiro pelo foco em usuários mais jovens, que deixaram de ser consumidores de conteúdo para tornarem-se produtores digitais; e pela pandemia do Covid-19, quando houve restrições de contato e interação entre as pessoas entre si, o que fez com que as redes sociais se tornassem mais utilizadas e relevantes para a interação humana (BEZERRA; GIBERTONI, 2021; QUIROZ, 2020).

Em termos de funcionamento, trata-se de uma plataforma de publicação e consumo de vídeos de curta duração que podem ser acompanhados por música e editados por filtros e efeitos pré definidos pela plataforma ou personalizados (WANG; GU; WANG, 2019). O conteúdo no *feed* de vídeos é acompanhado de uma descrição ou legenda curta em texto, que pode incluir o uso de hashtags (#) para catalogação do vídeo em tema ou assunto. Segundo Kleina (2020, p. 22), desde que siga os termos de uso e as diretrizes da comunidade, o usuário do TikTok pode publicar conteúdos sobre praticamente qualquer assunto⁴, fator que acelerou o seu crescimento nos últimos anos.

³ Em relação às outras plataformas de vídeo, o TikTok ficou atrás apenas do YouTube, e da Netflix, tendo superado outras plataformas como Globoplay e Prime Video (MELO, 2023).

⁴ Segundo KLEINA (2020, p. 22-23), ao longo dos últimos anos algumas temáticas se destacaram na plataforma, como “tutoriais (de maquiagem, dicas de beleza em geral ou artesanato), performances artísticas (dança, canto e exibição de pinturas), receitas, esquetes de humor e clipes com efeitos

Embora assemelha-se a outras redes sociais ao possuir um *feed* personalizado, ele é totalmente baseado em inteligência artificial, treinada a partir de algoritmos que realizam a curadoria de conteúdo. Logo, o TikTok depende mais da curadoria algorítmica do que a maioria das outras plataformas (KLEINA, 2020; KANTHAWALA; et al, 2020).

O *feed* de conteúdo algorítmico está no centro do *design* do aplicativo. Na página inicial do aplicativo, na aba “Para você” são apresentados de cliques do TikTok selecionados pelos algoritmos da plataforma que tentam identificar os vídeos que provavelmente irão repercutir nos interesses do usuário. Essa seleção baseia-se na observação e reforço de hábitos de visualização anteriores do usuário (SCHELLEWALD, 2021). Segundo Anderson (2020) essa personalização baseia-se nas atividades anteriores do usuário (vídeos curtidos, comentados e compartilhados e tempo de visualização), em configurações de preferência indicadas no cadastro⁵ e em tendências atuais na região (ANDERSON, 2020; KLEINA, 2020, p. 23; KLUG; et al, 2021). Esses fatores tornam a plataforma única em relação a outros aplicativos de mídia social que são modelados em torno de seguidores e seguidores (KLEINA, 2020, p. 19; ANDERSON, 2020).

Diante destas considerações, destacam-se os documentos oficiais do TikTok que são aplicáveis aos usuários brasileiros, e que merecem análise particular, isto é, da política de privacidade, dos termos de serviço e das diretrizes da comunidade. A política de serviços, também chamada de termos ou condições de serviço, é o contrato firmado entre a plataforma e o usuário, e destaca que os serviços prestados são disponibilizados para uso particular, não comercial (TIKTOK, 2020b). A política de dados visa esclarecer como ocorre a coleta, o uso, compartilhamento e tratamento de informações pessoais de usuários e de outros indivíduos na plataforma (TIKTOK, 2023). Por fim, as diretrizes da comunidade incluem regras e normas de uso do TikTok que se aplicam a todos e a tudo na plataforma, para lidar com riscos emergentes e potenciais danos que podem ocorrer (TIKTOK, 2023b).

especiais ou de edição (câmera lenta, loop ou zoom, por exemplo). Há predominância de conteúdos gerados pelo usuário (UGC), mas é notável a cada vez mais expressiva presença de marcas na plataforma com perfis oficiais — desde empresas que divulgam produtos e serviços, como equipes esportivas ou redes de alimentação, até meios de comunicação, de jornais a canais de televisão.”

⁵ Depois de criar uma conta, o usuário deve escolher os conteúdos de seu interesse em uma lista que inclui diversos temas (animais, comédia, viagens, comida, esportes, beleza e estilo, arte, jogos e ciência e educação). Por ser um aplicativo baseado principalmente no algoritmo, esta seleção do usuário auxilia a determinar quais vídeos aparecerão no *feed* nos primeiros acessos, mas não de forma obrigatória (ANDERSON, 2020).

Segundo as condições de serviço, o usuário é o único responsável pelas atividades realizadas na conta, porém, a plataforma reserva-se no direito de desativá-la a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos termos, ou se ocorrerem atividades que, ao absoluto critério da plataforma, tenham o potencial de avariar ou prejudicar a rede social ou de violar direitos de terceiros (TIKTOK, 2020c). Assim, a plataforma poderá, ao seu absoluto critério, a qualquer tempo e sem prévio aviso, remover ou desabilitar o acesso a determinados conteúdos, por qualquer motivo ou sem motivo algum, ou caso julguem que o conteúdo é repreensível, ou que constitui violação às condições, ou é prejudicial aos serviços ou aos usuários (TIKTOK, 2020c).

Sobre a abordagem em relação à moderação de conteúdo, nas diretrizes da comunidade, a plataforma indica seguir quatro pilares: 1) remoção de conteúdo violatório da plataforma que infringe as regras; 2) restrição de conteúdos aos usuários maiores de 18 anos; 3) estabelecimento de padrões de elegibilidade do *feed* que garanta que o conteúdo promovido pelo sistema de recomendações seja apropriado para um público amplo; e 4) capacitação da comunidade (TIKTOK, 2023b).

Dentre os dados coletados, vale mencionar as informações do perfil (como, nome de usuário, senha, data de nascimento, e-mail e/ou número de telefone, informações divulgadas no perfil e foto ou vídeo de perfil). Os conteúdos criados na plataforma, como fotografias, áudios e vídeos, comentários, *hashtags*, *feedback*, avaliações e transmissões ao vivo feitas, e as mensagens recebidas e enviadas, são todos dados coletados e armazenados. Também são coletados os metadados associados às publicações, como quando, onde e por quem o conteúdo foi criado. Esses conteúdos são coletados por meio de um pré-carregamento no momento da criação, importação ou *upload* na plataforma. Também é feito o registro da versão do conteúdo sem a aplicação de filtros, quando utilizados (TIKTOK, 2023a).

No momento de acesso da plataforma, segundo a política, caso o usuário faça o seu registro usando informações de uma conta de rede social de terceiros (por exemplo, Facebook, Twitter, Instagram, Google), o TikTok terá acesso ao nome de usuário, perfil público e outras informações possíveis relacionadas a essa conta utilizada (TIKTOK, 2023a). Durante o uso do aplicativo são coletados dados do usuário, como o endereço IP, operadora de celular, tipo de rede, sistema do dispositivo, o tipo e modelo do dispositivo utilizado para acesso, resolução de tela e sistema operacional, nomes e tipos de aplicativos e arquivos, padrões ou ritmos de

digitalização, estado da bateria, configurações de áudio e dispositivos de áudio conectados (TIKTOK, 2023a).

Em caso de conexão em mais de um dispositivo, a plataforma afirma fazer uso das informações do perfil para identificar a atividade entre dispositivos (TIKTOK, 2023a). Além disso, em caso de sincronização de contatos, a plataforma informa o acesso e coleta de informações de tais contatos (nomes, números de telefone e endereços de e-mail), para fins de combinação dessas informações com as de outros usuários existentes (TIKTOK, 2023a).

Quanto à personalização, há previsão da coleta de informações de atividade e interação do usuário na plataforma com conteúdos, anúncios e vídeos assistidos, o histórico de navegação e pesquisa, o conteúdo curtido e salvo, os usuários seguidos e as interações com os seguidores mútuos e quais páginas/contas são mais visualizadas (TIKTOK, 2023a). A partir dessas informações coletadas, a plataforma *infere* (sendo esta exata expressão informada na política), acerca dos atributos dos usuários, como os conteúdos de interesse, gênero e faixa etária. Todos esses dados, segundo indicado no documento oficial, são utilizados com a finalidade de personalizar o conteúdo, por meio de sistemas automatizados, a fim de oferecer ao usuário os recursos que lhe sejam pessoalmente relevantes (como resultados de pesquisas personalizados e propagandas customizadas) (TIKTOK, 2020b; TIKTOK, 2023a).

Na leitura dos termos de serviço, destaca-se um trecho em particular que se relaciona ao conteúdo divulgado na plataforma. A política descreve que o usuário “reconhece e aceita que ao visualizar qualquer conteúdo disponibilizado por terceiros através dos Serviços, [...], o faz por sua própria conta e risco”, e que o conteúdo disponibilizado através da plataforma “tem fins meramente informativos”, e não “é disponibilizado com a intenção de servir de orientação para fundamentar qualquer decisão” (TIKTOK, 2020b). Em seguida, declara que a plataforma não tem “qualquer obrigação de pré-aprovar, monitorar, revisar ou editar qualquer conteúdo publicado” (TIKTOK, 2020b).

A política de privacidade indica a coleta de informações sobre os vídeos, imagens e áudio do conteúdo, e a capacidade de identificar os objetos e cenários que aparecem, identificar atributos do rosto e do corpo do usuário, a natureza do áudio e o texto das palavras faladas. Estas informações podem ser utilizadas, segundo indicado no documento, para permitir efeitos especiais de vídeo, para moderação de

conteúdo, para classificação demográfica, para recomendações de conteúdo e anúncios e outras operações (TIKTOK, 2023a). Ademais, há coleta de informações sobre a localização do usuário, a partir do endereço IP, sistema de posicionamento global (GPS), e de localização em locais específicos (como atrações turísticas, lojas ou outros pontos de interesse), caso o usuário opte por adicionar informações de localização ao conteúdo postado (TIKTOK, 2023a).

Para conseguir fazer essas coletas, a política faz referência a utilização de *cookies*⁶ e outras tecnologias semelhantes para - segundo a política - aprimorar a experiência de uso da plataforma, fornecer publicidade e medir a eficácia de anúncios e outros conteúdos (TIKTOK, 2023a). Em relação ao uso desses dados pela plataforma, a política menciona que as informações são para um rol de atividades, um tanto quanto genéricas, melhorar, apoiar e administrar a plataforma, permitir o uso de mais funcionalidades, personalizar a experiência do usuário por meio do conteúdo, e cumprir e aplicar os termos de serviço (TIKTOK, 2023a; TIKTOK, 2020b).

A política prevê, também, o compartilhamento desses dados coletados com terceiros parceiros de negócios, (como redes sociais utilizadas para fazer o login e plataformas de mídia social ou de mensageria) prestadores de serviços (como provedores de serviços em nuvem e provedores de serviços de moderação de conteúdo e de análise), anunciantes, redes de publicidade e parceiros de medição, pesquisadores independentes, com membros, subsidiárias ou afiliadas do nosso grupo corporativo, com reguladores, autoridades públicas ou outras organizações, desde que legalmente legitimados, amigos e seguidores do usuário e terceiros (como mecanismos de busca, agregadores de conteúdo e sites de notícias), e com comerciantes, provedores de pagamento e execução de transações e outros provedores de serviços (TIKTOK, 2023a).

Acerca da segurança dos dados, os termos mencionam a adoção de medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir um nível de segurança adequado ao risco de probabilidade e gravidade variáveis para os direitos e liberdades dos usuários. Apesar disso, é enfática ao destacar que “a transmissão de informações pela internet não é completamente segura” e não podem “garantir a segurança de [...]”

⁶ A política de *cookies* do TikTok os define como “ficheiros de texto que permitem à TikTok e aos seus prestadores de serviços, identificar exclusivamente o navegador ou dispositivo do utilizador para vários fins, incluindo os descritos acima. Normalmente, os cookies funcionam atribuindo um número exclusivo ao dispositivo do utilizador e são armazenados no navegador deste pelos sítios Web que visita, bem como por fornecedores de serviços externos a esses sítios Web” (TIKTOK, 2020a).

informações transmitidas por meio da Plataforma; qualquer transmissão é por conta e risco” do usuário (TIKTOK, 2023a). Segundo a política, os dados serão armazenados em servidores localizados fora do Brasil, em países como Cingapura, Malásia e Estados Unidos, pelo tempo necessário para fornecer a plataforma e para outros fins, sequer mencionados (TIKTOK, 2023a).

A partir da descrição acima, na próxima seção, discute-se tais previsões a partir da interpretação da legislação brasileira sobre privacidade, proteção de dados e direitos da personalidade, além das considerações críticas de autores no tema.

II REFLEXÕES SOBRE A PLATAFORMA DO TIKTOK E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO USUÁRIOS

Conforme exposto, a política de privacidade e de serviços da plataforma TikTok aborda pontos tratados na legislação brasileira sobre proteção de dados e privacidade, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A LGPD prescreve uma série de condutas que devem ser adotadas por aqueles que no exercício de suas atividades, utilizam de dados pessoais de usuários.

Deve-se ressaltar que neste estudo, não pretende-se abordar os conceitos básicos da legislação, mas sim discutir alguns dos termos da plataforma analisada considerando as previsões da LGPD brasileira. Assim, serão analisados temas destacados na política e descritos na seção anterior considerando a legislação brasileira.

A LGPD não trata especificamente do tema de moderação de conteúdos e de contas, porém, a Lei nº 12.965/2014 que instituiu o Marco Civil da Internet trouxe a discussão no tema. Há muitas discussões em torno da legalidade da moderação de conteúdo pelas plataformas.

Segundo a própria plataforma, a moderação e limitação de alcance de conteúdos é adotada como via para promoção de um espaço (digital) inclusivo, e remoção cada vez mais rápida de conteúdos que violem as diretrizes e termos da plataforma, além de conteúdos de violência, desinformação, discurso de ódio e assédio. Essa moderação é realizada a partir da combinação de tecnologia automatizada e revisão humana com profissionais específicos. Em relatório publicado pela própria plataforma, referente ao quarto trimestre de 2022, evidencia que a proporção do conteúdo removido com por meio de automação (KEENAN, 2023).

Em 2023, o TikTok anunciou um sistema mais simplificado de moderação e revisão de contas a ser implementado globalmente, para agir de forma mais eficaz contra infratores reincidentes e atribuir mais transparência às decisões de moderação (TIKTOK, 2023c)⁷. Segundo divulgado, o sistema anterior utilizava de diferentes tipos de restrições (como proibições temporárias de publicações ou comentários), como forma de evitar que a plataforma seja usada de forma abusiva, além de educar as pessoas sobre as políticas da rede, a fim de reduzir violações futuras (TIKTOK, 2023c).

Sob o novo sistema, o usuário que postar algum conteúdo que viola os termos da plataforma, terá o conteúdo removido e receberá uma advertência na conta, que durará noventa dias. A conta será banida permanentemente se atingir um limite de advertências dentro de uma mesma ferramenta ou justificativa. Esses limites poderão ser amplificados ou reduzidos a depender do potencial da violação em causar danos aos demais usuários, ressalvado o bloqueio permanente na primeira violação em casos graves que envolvam conteúdo de ameaça, abuso sexual, violência e tortura (TIKTOK, 2023c). De acordo com as diretrizes da comunidade, o foco principal da plataforma é manter os usuários seguros. Para tanto, afirmam utilizar da restrição de conteúdo “apenas quando necessário e de forma a minimizar o impacto no discurso” como forma de “estabelecer o equilíbrio certo com a liberdade de expressão” (TIKTOK, 2023b).

Pela leitura dos termos, o sistema de moderação de conteúdo do TikTok é *ex ante*⁸, ou seja, antes do conteúdo ser postado, o conteúdo do TikTok passa primeiro por uma tecnologia que o analisa de acordo com as diretrizes. O usuário será notificado que foi identificado como uma potencial violação, e será removido automaticamente ou marcado para análise adicional da plataforma. Além disso, há a possibilidade de análise *ex post*, quando o conteúdo já postado é considerado como possivelmente violador dos padrões da comunidade e é reportado a um moderador humano (KLONICK, 2008; MOURA; ROCHA, 2022) que fará a análise. Pelas

⁷ “Os recursos incluem uma página de “Status da conta”, na qual os criadores podem ver facilmente a situação atual de seus perfis, e uma página de “Registro de denúncias” em que os criadores também podem ver o status das denúncias que fizeram sobre outros conteúdos ou contas” (TIKTOK, 2023c).

⁸ Também há o exemplo trazido por Moura e Rocha (2022, p. 7-8), em que antes do conteúdo ser postado, durante o envio, o algoritmo faz uma verificação e compara o conteúdo com o banco de dados de outras postagens já marcadas e classificadas como não-permitidas pelas políticas da plataforma. Exemplificando, há o software ContentID, desenvolvido pelo Youtube, que analisa conteúdos violadores de propriedade intelectual.

diretrizes, é possível que um usuário faça a denúncia de contas com conteúdos que violam as diretrizes e informe à plataforma.

Em ambos os casos, há a previsão de que o usuário será notificado no aplicativo junto com o motivo da violação, com base na gravidade da violação da política, e sendo-lhe garantido recurso da decisão, dentro da plataforma, para reanálise do caso. Se o recurso for aprovado, o conteúdo ou a conta será restabelecido ou advertência será removida (TIKTOK, [s.a.]).

Normalmente duas técnicas de moderação são empregadas: filtragem do conteúdo a determinados usuários (GRIMMELMANN, 2015, p. 59) e a exclusão de conteúdo ou do usuário (GRIMMELMANN, 2015, p. 56). De acordo com a diretriz da plataforma, a exclusão da conta poderá ocorrer caso o usuário: (i) incorra em uma violação grave de conteúdo; (ii) incorra em violações repetidas de conteúdo em um período de 90 dias; (iii) cometa fraude; e (iv) opere e contas dedicadas a atividades que violam as regras da plataforma, com por exemplo, contas focadas em discurso de ódio, comércio de produtos proibidos, falsificação de identidade (TIKTOK, 2023b). Tratando-se de contas com interesse público, há a previsão da punição proporcional ao dano, de modo a garantir o menor impacto e restrição ao discurso e à liberdade de expressão. Sendo assim, contas de interesse público serão banidas por uma única violação grave de conteúdo⁹, como por exemplo, ameaça de violência. E tratando-se de violações repetidas de conteúdo menos graves, tais contas ficarão temporariamente ineleáveis no *feed* (TIKTOK, 2023b).

Há ainda a previsão acerca da remoção da conta caso a plataforma tome conhecimento que o titular da conta tem alguma relação com atos violentos ou de ódio ou foi condenado por um crime sexual ou outro crime grave contra um jovem (TIKTOK, 2023b). Nesse caso, tem destaque a ressalva contida na diretriz acerca da possibilidade de análise de atividades fora da plataforma relacionadas a violência, ódio e exploração e abuso sexual infantil (TIKTOK, 2023b).

A moderação de conteúdos coloca em debate dois dos direitos da personalidade do usuário: a liberdade de expressão e a autodeterminação

⁹ São enquadrados como violações graves: Publicar, promover ou facilitar a exploração juvenil ou material de abuso sexual infantil (CSAM); Promover ou ameaçar com violência; Publicar ou promover conteúdo que demonstre atos sexuais não consensuais, como estupro ou abuso sexual; Publicar conteúdo que facilite o tráfico humano; Publicar conteúdo que mostre tortura no mundo real; Criar ou usar outra conta do TikTok para intencionalmente evitar restrições ou banimento permanente impostos a outra conta; Sua conta atingiu o limite de advertências devido a várias violações de uma política ou recurso; Múltiplas violações da nossa Política de Propriedade Intelectual” (TIKTOK, [s.a.]

informativa. Por um lado, há uma discussão crescente na pesquisa jurídica acerca da legalidade das práticas de modulação frente à prevalência do direito à liberdade de expressão dos usuários, e até que ponto é válido considerar que há um “poder” de ingerência das plataformas sobre os conteúdos postados - considerando que sequer respondem por estes conteúdos nos termos do Marco Civil da Internet -, e qual o limite da discricionariedade do moderador.

Essa temática levanta alguns “questionamentos jurídicos quanto à possibilidade de haver contraditório ao usuário, à inferência de alguma justificação ou fundamentação da decisão da moderação e, ainda, à recorribilidade da decisão” (POLETTO; MORAIS, 2022, p. 113). Inclusive, no Supremo Tribunal Federal, em sede de Recurso Extraordinário nº 1057258, está pendente de julgamento o Tema de Repercussão Geral nº 0533, que pretende a discussão da tese sobre o dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário (BRASIL, 2021; BRASIL, 2017).

Por outro lado, a moderação de conteúdos também atinge a capacidade de autodeterminação do próprio usuário, na medida em que é a plataforma que realiza a filtragem de conteúdos e decide o que o usuário irá ou não visualizar (POLETTO; MORAIS, 2022, p. 111). Sob este aspecto, a diretriz do TikTok prevê o sistema de *feed* “Para Você” (For You, em inglês), que utiliza um sistema de recomendação personalizado para permitir que cada usuário tenha acesso a conteúdos com temas diversos, de acordo com a atividade de cada pessoa no aplicativo, que inclui a adequação ao conteúdo que ela indica não se interessar (TIKTOK, 2023b; TIKTOK, 2022b). Dentro da personalização, também há a diretriz acerca da inelegibilidade de determinados conteúdos relacionados à saúde comportamental, temas sensíveis e para adultos, integridade e autenticidade e produtos regulamentados, que podem não ser apropriados para um público amplo (TIKTOK, 2023b).

Segundo informações da própria rede, o sistema de recomendação do TikTok leva em consideração diversos fatores que são atribuídos com base no seu valor para o usuário e indicam sinais de engajamento, como por exemplo, curtidas, compartilhamentos, comentários, pesquisas (TIKTOK, 2023b; TIKTOK, 2020c; TIKTOK, 2022a). Além disso, são considerados os seguintes elementos: a) ações de usuários, como os conteúdos que o usuário consome, curte ou compartilha, comentários que posta, ou termos que pesquisa; b) contas que uma pessoa segue ou

contas sugeridas a ela; c) conteúdos postados recentemente na região; e d) conteúdos populares na região (TIKTOK, 2022b). Em outro texto, informa a utilização de dados como as interações dos usuários, as informações de vídeo (legendas, sons e hashtags), e configurações de dispositivo e conta (idioma, país e tipo de dispositivo). como preferência de idioma, configuração de país e tipo de dispositivo (TIKTOK, 2020c).

No caso de novos usuários, eles podem selecionar as categorias de interesse (como animais de estimação ou viagens, etc) e desenvolver um *feed* inicial com base nessas escolhas. Caso o usuário não selecione categorias, a plataforma oferece um *feed* generalizado de conteúdos populares, então, começará a refinar as recomendações com base nas interações no aplicativo. O objetivo é que com o tempo, o *feed* “Para Você” apresente recomendações cada vez mais relevantes ao usuário (TIKTOK, 2020c). Conforme descrito pela plataforma, “um forte indicador de interesse, por exemplo, seria o usuário assistir a um vídeo mais longo do começo ao fim, e receberia maior peso do que um indicador mais fraco, como se o visualizador e o criador do vídeo estão no mesmo país” (TIKTOK, 2020c).

Sobre a moderação de conteúdos, personalização e automatização, a LGPD inclusive dispõe no artigo 20, que as decisões que sejam tomadas unicamente por meios automatizados são passíveis de recurso pelo usuário, o qual deverá ser informado da decisão proferida, bem como quais os critérios e procedimentos foram observados para a decisão (BRASIL, 2018). Porém, nas políticas analisadas não há previsões acerca da possibilidade de mecanismos de recursos aos usuários acerca das decisões automatizadas para fins de personalização, mas, apenas no caso de moderação de conteúdos que violem as diretrizes da plataforma.

Ainda acerca da personalização, outro ponto a ser considerado é a privacidade e a proteção dos dados pessoais e sensíveis que são coletados dos usuários na plataforma para essa finalidade. Segundo mencionado anteriormente, para realizar as inferências sobre o usuário e possibilitar a curadoria dos conteúdos de forma cada vez mais personalizada, a política de privacidade do TikTok prevê a coleta e tratamento de diversos dados pessoais. Porém, não há uma descrição exata de como ocorre essa curadoria, e se sobre todos os dados coletados recai uma real necessidade e essencialidade na coleta, tal como estabelece a LGPD brasileira.

Acontece que a proteção à privacidade envolve também o controle sobre os dados pessoais, e de acordo com a LGPD brasileira há um dever dos controladores

de informar com clareza e transparência o que fazem com os referidos dados e para qual finalidade o utilizam (SHINTAKU; et al, 2021). De acordo com a LGPD, dado pessoal é toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Já o dado pessoal sensível é a informação relacionada a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, e que vincule-se a uma pessoa natural (BRASIL, 2018).

Qualquer tipo de operação realizada com dados pessoais deve observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade e transparência. Sendo assim, o tratamento deve cumprir com uma finalidade legítima, específica, explícita e informada ao titular. Deve haver compatibilidade entre essa finalidade que foi informada com o tipo de dado e de operação que serão operados. Esse tratamento deve limitar-se ao mínimo necessário para a realização da finalidade estabelecida, e deve operar-se, apenas, sob os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos. Por fim, o controlador dos dados deve assegurar medidas de transparência, ou seja, dispor de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e sobre os agentes de tratamento (BRASIL, 2018).

Paralelamente aos direitos da personalidade e à privacidade de proteção dos dados pessoais, encontra-se o direito à autodeterminação. Esse direito à autodeterminação informativa surge, de acordo com Mendes (2008), da união entre dois outros direitos, a proteção de dados pessoais e o direito geral de liberdade. Segundo Cantali (2009), a dignidade da pessoa humana se manifesta como a expressão do direito de autodeterminação que cada pessoa tem para tomar decisões que digam com a sua própria existência. Sousa e Silva (2020, p. 11) explicam que a autodeterminação informativa é a incidência dessa capacidade de autodeterminar-se quanto aos dados pessoais, isto é, “constitui o direito do indivíduo de decidir, em princípio, sobre o uso de dados relacionados à sua pessoa”. Em outras palavras, consiste no direito do indivíduo de decidir quem utiliza, para quem são repassados e com que finalidades, dados e informações pessoais são utilizados.

Logo, visualiza-se dois sentidos quanto à autodeterminação. Em um primeiro, trata-se da autodeterminação existencial, quanto às decisões a serem tomadas; e em um segundo sentido, essa autodeterminação recai sobre os dados pessoais da pessoa, e a possibilidade de escolha autônoma acerca da concessão ou revogação do consentimento. É a faculdade que toda pessoa tem de exercer o controle sobre

seus dados pessoais, de modo que possa decidir se a informação pode ser objeto de tratamento (coleta, uso, transferência) por terceiros ou não.

Na LGPD, no artigo 2º, II, autodeterminação informativa é um dos fundamentos para a proteção dos dados pessoais. Acontece que o titular dos dados não tem qualquer ingerência em relação ao que pode ou não ser feito com seus dados. Em verdade, será visto que o consentimento dado pelo titular é apenas para cumprimento da formalidade, e não expressa uma real capacidade de controle de autodeterminação quanto aos dados pessoais.

Quanto ao compartilhamento e transferência de dados, conforme mencionado, a plataforma reserva-se ao interesse de fazer compartilhamento dos dados coletados com terceiros parceiros, prestadores de serviços, entre outros listados. Mas, de acordo com a LGPD, o compartilhamento de dados demanda autorização específica para esse fim, situação que não é prevista na política da plataforma, cabendo apenas ao usuário e titular dos dados aceitar tais compartilhamentos.

Em relação à segurança, destaca-se o fato da plataforma apenas mencionar que utiliza-se de medidas de segurança, mas não especifica quais são; e ressalta que no espaço digital não é possível garantir total segurança aos usuários. A LGPD, sobre esse tema, prevê que cabe ao controlador a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, além de adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais (BRASIL, 2018).

Quanto ao consentimento, destaca-se a frase na política de privacidade: “Se você não concordar com esta política, não deve usar a Plataforma” (TIKTOK, 2023). Dessa afirmação, infere-se que o usuário da plataforma não tem qualquer possibilidade de se insurgir ao previsto na política. Caso discorde, a única saída é não utilizar o aplicativo.

O consentimento compreende a liberdade de escolha, sendo o meio para a construção e delimitação da esfera privada, logo, associa-se à autodeterminação existencial e informacional, sendo imprescindível para a proteção do indivíduo e a circulação de informações (TEPEDINO; TEFFÉ, 2019). O consentimento é instrumento de manifestação individual no campo dos direitos da personalidade e tem o papel de legitimar que terceiros utilizem, em alguma medida, os dados pessoais. Segundo Sorgatto (2021, p. 95) é por meio do consentimento que o direito civil tem a oportunidade de estruturar a circulação de dados e dos direitos fundamentais a partir

da consideração da autonomia da vontade. O consentimento compreenderia um poder conferido à pessoa de modificar sua própria esfera jurídica com base na expressão de sua vontade (SORGATTO, 2021, p. 95).

A LGPD considera o consentimento em seu art. 5º, XII, como a “manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada”. Desse modo, a aceitação dos termos cumpriria com o aspecto formal de exigência da LGPD no que tange ao consentimento (SORGATTO, 2021, p. 112).

Acontece que, embora o requisito formal seja cumprido, os requisitos materiais (livre, informado e inequívoco) do consentimento não são verificados nos termos analisados. Segundo Bruno Ricardo Bioni (2019, p. 170), há um desenvolvimento incompleto do consentimento, na medida em que ele não se estrutura adequadamente para uma “esfera de controle dos dados pessoais”, já não “capacita efetivamente o cidadão para exercer controle sobre as suas informações pessoais”. Em outras palavras, não desenvolve a capacidade do indivíduo autodeterminar-se no espaço digital (FLORÊNCIO, 2019, p. 8). O titular deve ser livre para escolher entre aceitar ou recusar a utilização de seus dados na plataforma, sem intervenções ou situações que viciam o seu consentimento. O titular tem de ter ao seu dispor as informações necessárias e suficientes para avaliar corretamente a situação e a forma como seus dados serão tratados, tendo em vista que a informação é fator determinante para a expressão de um consentimento livre e consciente, circunscrito a certo tratamento, para determinado agente e sob determinadas condições. Inclusive, a LGPD estabelece que se houver mudanças em relação à finalidade do tratamento dos dados estabelecido no consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre essas mudanças, podendo este revogar o consentimento caso discorde das alterações. Desse modo, a manifestação de vontade deve ser inequívoca, ou seja, ocorrer de forma bastante clara e atender ao princípio da finalidade, isto é, propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados de forma clara ao titular (SORGATTO, 2021, p. 95-97).

Sendo assim, nos termos analisados, o consentimento não cumpre com os requisitos citados elencados na LGPD, podendo-se inclusive inferir que trata-se de um contrato de adesão em que o usuário deve concordar com seus termos para que possa utilizar a plataforma.

Ressalta-se que o tratamento dos dados pode ou não ser contrário a LGPD, a depender da finalidade/destinação do tratamento, do contexto e, principalmente, do consentimento do usuário (quando couber). Sendo possível atingir diversos objetivos com o tratamento de dados, o usuário deve ser informado de maneira clara e objetiva sobre a dimensão e o uso do tratamento, para que não seja violado em seus direitos da personalidade.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os termos da plataforma TikTok, a fim de identificar possíveis previsões que coloquem os direitos da personalidade dos usuários em risco ou vulnerabilidade. Assim sendo, na primeira seção analisou-se os termos da plataforma TikTok com destaque nos tópicos: moderação de conteúdo, dados pessoais coletados, compartilhamento, e segurança de dados.

Na segunda seção, analisou-se criticamente os pontos destacados na seção anterior considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira e os direitos da personalidade potencialmente em risco nas previsões dos termos considerados. A partir do desenvolvimento alcançado, é possível concluir que determinados direitos da personalidade dos usuários, como a privacidade, proteção de dados, autodeterminação e autonomia expressa no consentimento, na análise dos termos do TikTok, estão sujeitos a possíveis violações.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Katie Elson. Gettingacquaintedwith social networks and apps: it is time totalkabout TikTok. **Library Hi Tech News**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 7-12, 2020. Disponível em:<https://doi.org/10.1108/LHTN-01-2020-0001>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BEZERRA, Lucas Sandrini; GIBERTONI, Daniela. AS MÍDIAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: análise comportamental dos usuários durante este período e as possibilidades para o futuro. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga - SP, v. 18, n. 2, p. 144-156, 2021. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1239>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: definition, history,

andscholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication-Mediated Communication**, Indiana, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/13/1/210/4583062>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2018**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 1057258 de 27 de junho de 2017**. Relator Ministro Luiz Fux. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5217273>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 0533**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=533>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRESNICK, Ethan. Intensified Play: Cinematic study of TikTok mobile app. **Research Gate**, p. 1-23, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335570557_Intensified_Play_Cinematic_study_of_TikTok_mobile_app. Acesso em: 20 nov. 2023.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade**: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CARR, Caleb T; HAYES, Rebecca A. Social media: defining, developing, and divining. **Atlantic Journal of Communication**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 46-65, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15456870.2015.972282>. Acesso em: 18 nov. 2023.

EBERT, Nico; Geppert, Tim; Strycharz, Joanna; Knieps, Melanie; Hönig, Michael; Brucker-Kley, Elke. Creative beyond TikToks: Investigating Adolescents' Social Privacy Management on TikTok. **Proceedings on Privacy Enhancing Technologies**, v. 2, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2301.11600>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FLORENCIO, Lorena Simões. **Proteção de dados pessoais na sociedade da informação**: do direito fundamental à privacidade às limitações do consentimento.

2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2019.

HORBERRY, Roger. Talk data to me, TikTok: storytelling, live commerce, and consumer-centric tech. **GWI**. 26 de outubro de 2022. Disponível em: <https://blog.gwi.com/talk-data-to-me/tiktok-for-business/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

KANTHAWALA, Shaheen; COTTER, Kelley; FOYLE, Kali; DECOOK, Julia R. It's the Methodology For Me: A Systematic Review of Early Approaches to Studying TikTok. In: **Proceedings of the 55th Hawaii International Conference on System Sciences**, p. 3105-3121, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10125/79716>. Acesso em: 20 nov. 2023.

KEENAN, Comarc. Evoluindo nossa abordagem em moderação de conteúdo. **TikTok Segurança**, 31 de março de 2023. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/relatorio-de-aplicacao-das-diretrizes-da-comunidade-q-4-2022>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KEMP, Simon. DIGITAL 2022: GLOBAL OVERVIEW REPORT. **Data Reportal**, 26 jan. 2022. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report?utm_source=Global_Digital_Reports&utm_medium=Article&utm_campaign=Digital_2022. Acesso em: 10 nov. 2023.

KEMP, Simon. DIGITAL 2022: TIKTOK'S RAPID RISE CONTINUES. **Data Reportal**, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-tiktok-headlines?rq=tiktok>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. Hora do TikTok: análise exploratória do potencial político da rede no Brasil. **Revista UNINTER de Comunicação**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 18–34, 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/843>. Acesso em: 17 nov. 2023.

KLONICK, Kate. The new governors: the people, rules, and processes governing online speech. **Harvard Law Review**, [S. l.], v. 131, n. 6, p. 1598-1670, abr. 2008. Disponível em: https://harvardlawreview.org/wp-content/uploads/2018/04/1598-1670_Online.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

KLUG, Daniel; QIN, Yiluo; EVANS, Morgan; KAUFMAN, Geoff. Trick and Please. A Mixed-Method Study on User Assumptions About the TikTok Algorithm. In: **WebSci '21: Proceedings of the 13th ACM Web Science Conference**, United Kingdom, 2021, p. 84-92. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/abs/10.1145/3447535.3462512>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MELO, Cristiano. TikTok é a terceira plataforma mais assistida do Brasil com 3,1% da audiência, segundo Ibope. **Mundo Conectado**, 20 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.mundoconectado.com.br/redessociais/tiktok-e-a-terceira-plataforma-mais-assistida-do-brasil-com-31-da-audiencia-segundo-ibope/>. Acesso em: 10. nov. 2023.

MENDES, Laura Schertel Ferreira. **Transparência e privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade De Brasília, Brasília, 2008.

MOURA, Ariel Augusto Lira de; ROCHA, Leonel Severo. Direitos Fundamentais e redes sociais: Da moderação de conteúdo no Facebook ao Direito na cultura das redes. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/15303>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OPINIONBOX. **Pesquisa TikTok no Brasil: Dados sobre o comportamento dos usuários da rede social do momento**. 2023. Disponível em: <https://materiais.opinionbox.com/infografico-tiktok>. Acesso em: 10 nov. 2023.

P. NETO, José de Senna; SANTOS, Isadora Mendes dos; MOTA, Marcelle Pereira. TikTok: Qual o Impacto do Crescimento da Plataforma?. In: **Anais do WORKSHOP SOBRE ASPECTOS DA INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR NA WEB SOCIAL (WAIHCWS)**, Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022, p. 56-62. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/waihcws/article/view/22576>. Acesso em: 12. nov. 2023.

POLETTO, Álerton Emanuel; MORAIS, Fausto Santos de. A moderação de conteúdo em massa por plataformas privadas de redes sociais. **Prisma Jurídico**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 108-126, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/20573>. Acesso em: 27 nov. 2023.

QUIROZ, Natalia Tamara. TikTok: La aplicación favorita durante el aislamiento. **Revista Argentina de Estudios de Juventud**, Buenos Aires, Argentina, n. 14, p. e044, 2020. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/revistadejuventud/article/view/6291>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SHELLEWALD, Andreas. Communicative Formson TikTok: Perspectives From Digital Ethnography. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 15, p. 1437-1457, fev. 2021. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/16414>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SHERMAN, Alex. TikTok exec: We're not a social network like Facebook, we're an entertainment platform. **CNBC**, 16 de junho de 2022. Disponível em: https://www.cnbc.com/2022/06/16/tiktok-were-an-entertainment-app-not-a-social-network-like-facebook.html?__source=sharebar%7Ctwitter&par=sharebar. Acesso em: 17. nov. 2023.

SHINTAKU, Milton; SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; COSTA, Lucas Rodrigues; MOURA, Rebeca dos Santos de; MACEDO, Diego José. Discussões sobre política de privacidade de dados em um sistema de informação governamental. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 39–60, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/107671/0>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SORGATTO, Mateus Mantovani. **A Lei Geral de Proteção de Dados e suas intersecções com o direito do consumidor**: fundamentalidade e fragmentação do direito dos usuários de redes sociais. 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Sociedade) - Universidade La Salle, Canoas, 2021.

TEPEDINO, Gustavo; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Consentimento e proteção de dados pessoais na LGPD. In FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

TIKTOK. Apoiando os criadores com uma atualização no sistema de moderação de contas. **Segurança**, 2 de fevereiro de 2023c. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/atualizacao-no-sistema-de-moderacao-de-contas>. Acesso em: 25 nov. 2023.

TIKTOK. **Como o TikTok recomenda os vídeos para o feed #ParaVocê**. 18 de junho de 2020c. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/row/terms-of-service/pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Diretrizes da Comunidade**. Atualizado em março de 2023b. Disponível em: <https://www.tiktok.com/community-guidelines/pt-br/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Diretrizes da Comunidade**. Atualizado em março de 2023b. Disponível em: <https://www.tiktok.com/community-guidelines/pt-br/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Entenda por que um vídeo é recomendado para você**. 20 de dezembro de 2022b. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/entenda-por-que-um-video-recomendado>. Acesso em: 24 nov. 2023

TIKTOK. **Política de Cookies da Plataforma da TikTok**. Atualizado em 5 de novembro de 2020a. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/global/cookie-policy/pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Política de Privacidade**. Atualizado em 5 de abril de 2023a. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/row/privacy-policy/pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Termos de Serviço**. Atualizado em setembro de 2020b. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/row/terms-of-service/pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TIKTOK. **Uma atualização sobre nosso trabalho para proteger e diversificar as recomendações**. 5 de janeiro de 2022a. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/protoger-diversificar-recomendacoes>. Acesso em: 24 nov. 2023

VINCENT, James. TikTok: Facebook wantstoconnectyou, wejustwanttoentertainyou. **The Verge**, 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.theverge.com/2022/6/17/23172276/tiktok-facebook-difference->

[entertainment-social-connections](#). Acesso em: 17 nov. 2023.

WANG, Yu-Huan; GU, Tian-Jun; WANG, Shyang-Yuh. Causes and characteristics of short video platform internet community taking the TikTok short video application as an example. In: **IEEE - International Conference on Consumer Electronics**, Taiwan: ICCE-TW, 2019. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8992021>. Acesso em: 15 nov. 2023.

XU, Li. Research on the causes of the "Tik Tok" app becoming popular and the existing problems. **Journal of Advanced Management Science**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 59-63, jun. 2019. Disponível em: <https://www.joams.com/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=76&id=477>. Acesso em: 22 nov. 2023.